

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1011732-19.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Planos de Saúde**
 Requerente: **Maria Jose Pontes de Arruda**
 Requerido: **Unimed São Carlos Cooperativa de Trabalho Médico**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Luiz Maia Santos**

Vistos.

Maria José Pontes de Arruda ajuizou ação pelo procedimento comum com pedido de ressarcimento de valores pagos contra **Unimed São Carlos Cooperativa de Trabalho Médico** alegando, em síntese, ser usuária de plano de saúde contratado com a ré desde 01.03.2003, sendo submetida a duas cirurgias de Artroplastia parcial do joelho esquerda junto ao Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, procedimentos realizados em 27.09.2014 e 28.07.2015. Ocorre que em 12.06.2017 a autora foi submetida a uma terceira cirurgia, no mesmo nosocômio, mas a ré autorizou o pagamento de apenas parte da despesas, motivo pelo qual a autora arcou com o custeio total do procedimento, totalizando R\$ 49.546,69. Ao realizar pedido administrativo para reembolso sua solicitação foi negada sob o argumento de que o local onde realizado o procedimento não fazia parte da rede credenciada do plano de saúde e que, por mera liberalidade, seriam reembolsadas apenas as despesas hospitalares. Afirmou que a recusa é indevida, pois houve expressa indicação médica para a realização do procedimento e, ela, em razão da urgência requerida, se utilizou de suas economias para custeá-lo. Discorreu sobre a natureza jurídica do contrato de adesão, do dano moral por ela sofrido e ao final requereu a condenação da ré ao reembolso das despesas totais para ela pagas, além da indenização por danos imateriais. Juntou documentos.

A ré foi citada e contestou o pedido. Argumentou sobre a inexistência de obrigação contratual em arcar com o custeio do procedimento realizado pela parte autora, pois ela elegeu hospital não credenciado para realização da cirurgia, sem antes verificar as opções disponibilizadas pela operadora do plano de saúde. Logo, a ré não pode ser


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

obrigada a arcar com despesas oriundas de hospital particular livremente escolhido pelo usuário. Afirmou que, nos anos de 2014 e 2015 a Fundação de Apoio ao Ensino Pesquisa e Assistência - FAEPA do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, possuía credenciamento com a Unimed Nordeste Paulista Federação Intrafederativa das Cooperativas Médicas, a qual é sediada na comarca de Ribeirão Preto-SP e por isso o procedimento foi custeado pela ré. Entretanto, quando da realização desse terceiro procedimento em junho/2017, referido nosocômio não integrava mais a rede credenciada e mesmo assim a autora insistiu em realizar o procedimento, sendo dela a obrigação de arcar com os respectivos custos. Ainda, disse que não há relatório médico indicando que o procedimento tinha natureza de urgência ou emergência e que a autora sequer buscou verificar a existência de profissionais credenciados que pudessem realizar a cirurgia a ela prescrita. Outrossim, alegou a inexistência de obrigação legal ou contratual em custear a realização do procedimento de instalação da prótese por meio do método mecânico ou navegado, sendo indevido da mesma forma o reembolso. Discorreu sobre as coberturas obrigatórias previstas no rol da ANS; respeito às disposições do Código de Defesa do Consumidor no tocante às cláusulas contratuais. Aduziu que caso acolhido o pedido, que o reembolso fique restrito aos limites contratados. Impugnou o pleito de indenização por danos morais e requereu a improcedência. Juntou documentos.

A autora apresentou réplica.

É o relatório.
Fundamento e decido.

O pedido comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, pois não há necessidade de outras provas, haja vista o teor das alegações das partes e documentos apresentados, que bastam para a pronta solução do litígio.

O pedido procede em parte.

A autora pretende o reembolso de R\$ 49.546,69 pagos para realização do procedimento de artroplastia total do joelho direito sob a alegação de que a negativa da ré é indevida, pois há expressa indicação médica para realização da cirurgia e, além disso, a patologia encontra cobertura no contrato por ela celebrado. Dessa forma, a ré deve arcar


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

com todos os valores por ela pagos.

A ré negou o pagamento dos valores desembolsados pela autora sob o argumento de que o nosocômio onde realizada a cirurgia (Fundação de Apoio ao Ensino Pesquisa e Assistência - FAEPA do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto) não faz parte da rede credenciada da operadora. Por isso, o reembolso dar-se-ia apenas no tocante aos custos da parte hospitalar do procedimento, pois a autora poderia ter se valido dos prestadores credenciados.

Não se discute que o procedimento custeado pela autora foi realizado fora da rede credenciada. Também não consta nos relatórios médicos que a cirurgia tenha sido realizada em caráter de urgência ou emergência. A autora não comprovou, frente à negativa da ré, que tenha buscado a rede credenciada antes de optar por hospital e profissionais não incluídos nesse âmbito.

Aliás, desde a cirurgia realizada em 2015 a autora já demonstrava ciência sobre a ausência de cobertura de honorários médicos desses profissionais, pois afirmou expressamente em *e-mail* encaminhado ao nosocômio que arcaria com os custeio total dos honorários médicos (fl. 41). Ainda, esta informação prévia da autora está demonstrada na declaração juntada (fl. 45), depreendendo-se que a autora tinha plena ciência de que o procedimento era realizado fora da rede credenciada mantida pela ré. Não pode ela, optando por local de sua livre escolha, pretender impor ao plano de saúde a obrigação de custeio das despesas decorrente de sua opção.

Conforme entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça, *o reembolso das despesas efetuadas pela internação em hospital não conveniado é admitido em casos especiais (inexistência de estabelecimento credenciado no local, recusa do hospital conveniado de receber o paciente, urgência da internação, etc)* (REsp 402727/SP, Rel. Min. **Castro Filho**, Terceira Turma, j. de 9/12/2003, DJ 2/2/2004, p. 333; AgRg no REsp 917.668/SC, Rel. Min. **Vasco Della Giustina** (Desembargador convocado do TJ/RS), Terceira Turma, j. de 1º/9/2009, DJe 17/9/2009; REsp 685.109/MG, Rel. Min. **Nancy Andrichi**, Terceira Turma, julgado em 25/09/2006, DJ 09/10/2006, p. 287), o que não é o caso.

Sublinhe-se que a vinculação do usuário à rede credenciada do plano de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

saúde contratado é absolutamente consentânea a esta espécie contratual, cuja contraprestação a ela é proporcional, a respeitar o sinalagma existente nesta espécie de ajuste.

Entretanto, visando manter o equilíbrio contratual, é cabível ao menos o reembolso parcial das despesas efetuadas pela autora, consistentes naquilo que seria desembolsado caso se utilizasse dos serviços credenciados. Trata-se de medida que evita o enriquecimento sem causa da ré, que estaria exonerada do pagamento não somente das despesas do hospital e profissionais não conveniados, como também das despesas que naturalmente teriam de arcar, se o paciente efetuasse seu tratamento junto a outro hospital vinculado à rede.

A própria ré já havia sinalizado esta possibilidade (fl. 72) e retomou esta tese na contestação, sendo certo que seriam reembolsados à autora R\$ 11.750,00, referentes à parte hospitalar do procedimento realizado, tomando-se por base a tabela própria de intercâmbio adotada pelo plano de saúde.

Ante o exposto, **julgo procedente em parte o pedido, para condenar a ré a pagar à autora R\$ 11.750,00 (onze mil, setecentos e cinquenta reais), com acréscimo de atualização monetária, pelos índices da tabela prática do egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, a contar do ajuizamento da ação e juros de mora, de 1% (um por cento) ao mês, contados da citação.** Em consequência, **julgo extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.**

Diante da sucumbência recíproca, as custas e despesas processuais serão suportadas na proporção de metade para cada parte, nos termos do artigo 86, *caput*, do Código de Processo Civil.

Considerando que os honorários advocatícios são direito do advogado, sendo vedada a compensação, nos termos do artigo 85 § 14, do Código de Processo Civil, condeno a ré ao pagamento de honorários advocatícios em favor do advogado da autora, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor da condenação e condeno a autora a pagar ao advogado da ré honorários advocatícios arbitrados por equidade em R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos), observada a parcela de pedidos rejeitados, o proveito econômico obtido



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

por cada uma das partes, o resultado da demanda e os demais critérios do artigo 85, §§ 2º e 8º, do Código de Processo Civil.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 26 de fevereiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**